

**Projecto de Decisão sobre a designação e
disponibilização da sub-faixa dos 800 MHz**

Comentários da APRITEL

31 de Outubro de 2010

1. Introdução

O presente documento representa a posição comum das empresas associadas da APRITEL Nesta consulta, relativa ao Projecto de Decisão sobre a designação e disponibilização da sub-faixa dos 790-862 MHz para a prestação de serviços de comunicações electrónicas, em conformidade com a Decisão 2010/267/UE, o ICP-ANACOM pretende aprovar uma deliberação sobre a designação e disponibilização da sub-faixa e estabelecer um referencial de tempo.

A APRITEL teve oportunidade de se pronunciar sobre a questão do dividendo digital e da sub-faixa dos 800 MHz, aquando da consulta de Maio de 2009.

Na ocasião foi realçada a importância do dividendo digital para o desenvolvimento de serviços de comunicações electrónicas.

Reconheceu-se que, pelo impacto que terá no mercado de comunicações electrónicas e pelo valor que lhe tem sido atribuído pela Comissão Europeia, pelos Estados Membros e pelos operadores, o dividendo digital será determinante na evolução dos serviços nos próximos anos.

A questão do dividendo digital, apesar de estar relacionada com a transição para a televisão digital terrestre, não pode ser dissociada da política geral de desenvolvimento dos serviços de comunicações electrónicas.

A definição e organização do dividendo digital são, pois, elementos fundamentais para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e de serviços de banda larga, suportados em novas soluções tecnológicas.

Neste contexto a APRITEL apresenta os seguintes comentários.

Ponto 1 do projecto de deliberação:

Designar e disponibilizar a sub-faixa 790-862 MHz para serviços de comunicações electrónicas em conformidade com a Decisão 2010/267/UE e proceder à correspondente alteração do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências.

Sobre esta matéria, a APRITEL tem realçado a importância da sub-faixa dos 800 MHz (do Dividendo Digital) para o desenvolvimento de serviços de comunicações electrónicas nos próximos anos.

O dividendo digital é um instrumento relevante ao nível do desenvolvimento socio-económico, sem pôr em causa a concorrência entre operadores.

Conforme já era referido na Recomendação da Comissão (2009/848/CE), de 28 de Outubro de 2009, os Estados-Membros devem, apoiar os esforços regulamentares no sentido de estabelecer condições harmonizadas de utilização da sub-faixa de 790-862 MHz para serviços de comunicações electrónicas distintos dos serviços de radiodifusão e complementarmente a estes, e se abstenham de qualquer acção que possa dificultar ou impedir a implantação de tais serviços de comunicações nessa sub-faixa.

As potenciais utilizações da sub-faixa dos 800 MHz digital devem ter por base o interesse público, as necessidades do país, o interesse dos operadores e dos consumidores, permitindo a oferta de serviços de valor e que não comprometam um desenvolvimento equilibrado a nível nacional.

Neste contexto, a atribuição de direitos de utilização deve ocorrer de uma forma transparente e não discriminatória, criando condições para um investimento sustentado por partes dos operadores, com o necessário retorno e garantindo condições de competitividade nos mercados de serviços.

Assim, a APRITEL concorda com a disponibilização da sub-faixa dos 800 MHz para serviços de comunicações electrónicas, devendo ser garantida a neutralidade tecnológica e de serviços na sua utilização, bem como a não interferências em sistemas de comunicações electrónicas, actualmente em funcionamento.

Ponto 2 do Projecto de Deliberação:

Para efeitos do disposto no número anterior, a disponibilização da referida sub-faixa antes de 2015 está dependente da definição de condições técnicas e geográficas, que visem a compatibilização, nomeadamente, com as utilizações de Espanha e Marrocos.

Importa, nesta matéria, atender ao Programa de Política de Espectro Radioelétrico (PPER), proposto pela Comissão Europeia, tendo em vista o acesso à banda larga da generalidade dos cidadãos da União Europeia.

O PPER está orientado para a realização dos objectivos constantes da Agenda Digital e pela intenção da Comissão de oferecer, em 2013, acesso em banda larga (débito ainda não definido) a todos os cidadãos.

De acordo com a proposta da Comissão: Os Estados Membros disponibilizarão, o mais tardar em 1 de Janeiro de 2013, a faixa dos 800 MHz para os serviços de comunicações electrónicas em conformidade com as condições técnicas harmonizadas estabelecidas nos termos da Decisão n.º 676/2002/CE. Para os Estados-Membros onde circunstâncias nacionais ou locais excepcionais impeçam a disponibilidade dessa faixa, a Comissão poderá autorizar derrogações específicas até 2015.

Esta proposta da Comissão permite balizar a utilização da sub-faixa dos 800 MHz de modo a permitir a sua utilização num prazo tão curto quanto possível.

Naturalmente que a Comissão reconhece a necessidade de criar condições técnicas harmonizadas e não esquece que estamos perante um processo que exige coordenação entre os Estados Membros, em particular países vizinhos, de modo a não comprometer as condições de utilização eficiente do espectro.

Sabemos que a “libertação” da sub-faixa dos 800 MHz está condicionada à necessária negociação entre Portugal e Espanha, em virtude de alojar a Televisão Digital Terrestre, nos dois países e porque o país vizinho decidiu que essa libertação ocorrerá antes de 2015.

Assim, o ICP-ANACOM vem alinhar a “libertação” dos 800 MHz com as decisões tomadas em Espanha.

Por outro lado, o Plano Estratégico 2011-2013 do ICP-ANACOM prevê desenvolver, em 2011, o processo de atribuição de espectro para serviços de comunicações electrónicas, considerando as várias faixas do serviço móvel e os desenvolvimentos associados ao dividendo digital.

Seria desejável que o ICP-ANACOM concretizasse as acções a desenvolver no próximo ano, de forma a que os operadores dispusessem da informação necessária a estabelecerem os seus planos de desenvolvimento e de negócio.

Assim, a APRITEL considera que, tendo-se em conta os impactos no switch-off da televisão analógica, cujo Plano já está calendarizado, devem ser criadas condições para que a sub-faixa dos 800 MHz fique livre tão depressa quanto possível, de modo a que Portugal possa aproveitar todas as oportunidades potenciadas por este espectro.